OBSERVATÓRIO SOCIAL DE GAIA

RETRATO DO ESTADO DA HABITAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

newsletter edição nº 5.0

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE GAIA

VILA NOVA DE GAIA
CÂMARA MUNICIPAL

Editorial

O Observatório Social de Vila Nova de Gaia entrou em funcionamento em 2019 e pretende ser um instrumento de diagnóstico e avaliação das políticas públicas autárquicas. Deste modo, funciona de forma independente, a partir de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Gaia e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mobilizando equipas do Departamento e do Instituto de Sociologia. O nosso propósito é simples: se contribuirmos com dados fiáveis sobre o tecido social do concelho; se formos capazes de avaliar os impactos das decisões e das medidas; se conseguirmos, ainda, transmitir aos responsáveis políticos e às populações indicadores seguros sobre as dinâmicas sociais, então Vila Nova de Gaia estará em melhores condições de decidir sobre o seu destino, envolvendo as pessoas em projetos sólidos e fundamentados. Num tempo obscuro em que grassa o desprezo pelas políticas baseadas em evidências e em que as *fake news* fomentam a dúvida, criam falsidades e instauram a descrença na objetividade e no rigor dos factos, este Observatório constituirá, assim o esperamos, para construir bases seguras para um planeamento e debate alargados.

Esta newsletter será o nosso dispositivo principal de comunicação. Com ela, forneceremos retratos do concelho, para que possamos construir, aos poucos, uma imagem de como vivemos, de quem somos e, porque não, para onde vamos. Todas as sugestões serão bem-vindas!

João Teixeira Lopes
Professor Catedrático da FLUP

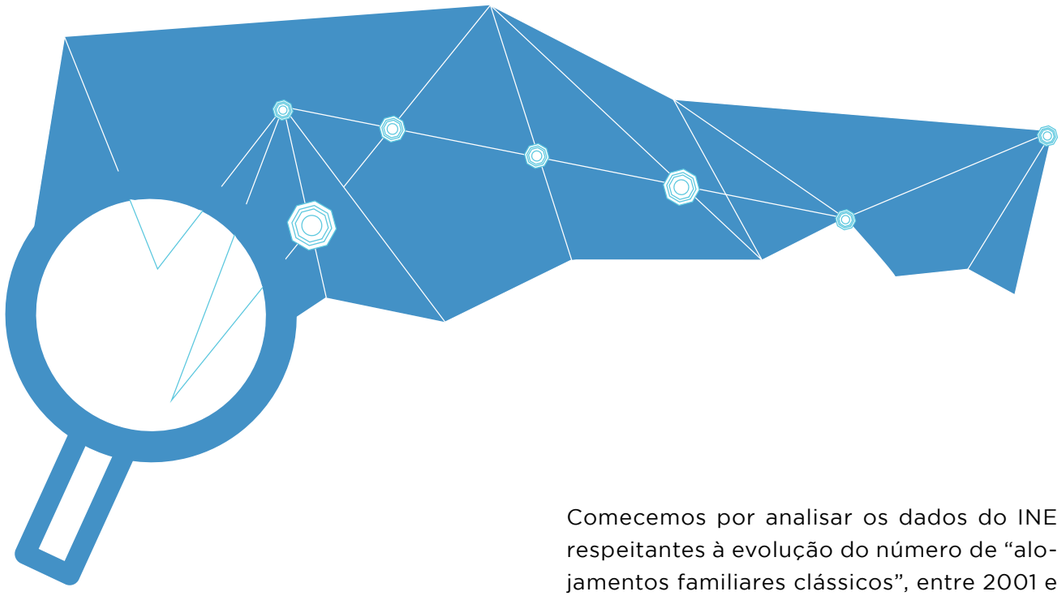
Voltamos!

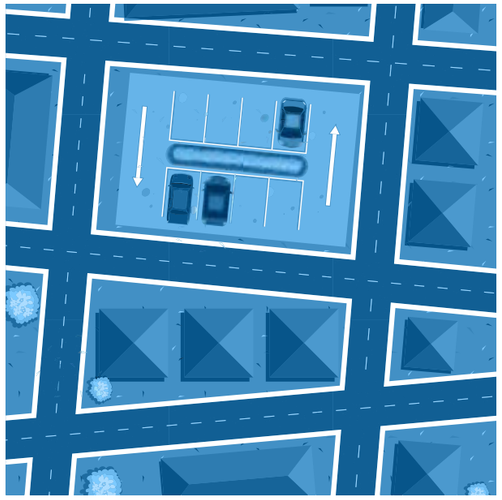
A Habitação é uma das mais desafiantes áreas de atuação das autarquias. A Habitação Social, concretamente, exige a articulação entre critérios logísticos e fatores de inclusão/exclusão de candidatos(as), que recorrem, anualmente, a este apoio. A sétima newsletter será, assim, dedicada ao **retrato do estado da Habitação em Vila Nova de Gaia**: como se posiciona a oferta habitacional do concelho em relação à Área Metropolitana do Porto? Qual é o perfil sociodemográfico dos(as) candidatos(as) ao apoio de Habitação Social? E porque procuram, os habitantes do concelho, este tipo de apoio? Estas são algumas das questões a que procuraremos responder nesta newsletter.

Antes de olharmos para o caso de Vila Nova de Gaia, vejamos como se posiciona o país, nesta matéria, no contexto europeu. Dados divulgados pela EUROSTAT (2020) demonstram haver, em 2018, uma percentagem muito significativa de habitantes portugueses proprietários da sua habitação: 38,2% num regime de propriedade sem qualquer empréstimo e 36,3% num regime de propriedade com empréstimo (36,3%). A elevada percentagem de proprietários imobiliários continua a ser, aliás, uma característica distintiva do país.

Foi apenas em anos mais recentes que o mercado de arrendamento português começou a ganhar outro dinamismo. A este nível, é de salientar que 13% da população portuguesa declarou estar sujeita a um regime com preço reduzido ou grátis (dado que pode ser indicativo do seu **baixo poder de compra**). Portugal pertencia, em 2018, ao top 10 dos países onde o regime de arrendamento com preço reduzido ou grátis se destacava. Por outro lado, com uma percentagem ligeiramente inferior (12,6%) estava o arrendamento a preço de mercado. O país encontrava-se muito abaixo da média EU-27 no que se refere ao arrendamento a preço de mercado, situando-se, aliás, nos últimos lugares do ranking (21.º lugar). A mesma fonte revela-nos que este é o regime mais difícil de suportar em termos de sobrecarga do custo da habitação (mais de 25% da população portuguesa possui **dificuldade em suportar o custo do arrendamento a preço de mercado**).

Segundo a EUROSTAT, Portugal encontra-se, ainda assim, numa posição favorável face a outros indicadores, como a Taxa de Sobrelotação e a Taxa de Privação de Habitação. Relativamente ao primeiro indicador, verifica-se que o país se situa abaixo da média europeia, com uma taxa de 9,6% de pessoas que habitam espaços cujo número de divisões é insuficiente para a dimensão do agregado. Além disso, uma taxa de quase 19% dos portugueses estaria em risco de pobreza (face aos 29%, em média, em contexto europeu). Relativamente à Taxa de Privação de Habitação – percentagem de pessoas, em situação de sobrelotação, que apresentam, pelo menos, um indicador de privação habitacional – Portugal encontrava-se em 18.º lugar face aos congéneres europeus (com uma taxa de 4,1%).





OFERTA HABITACIONAL EM VILA NOVA DE GAIA

01.

Comecemos por analisar os dados do INE respeitantes à evolução do número de "alojamentos familiares clássicos", entre 2001 e 2019, na AMP e em Vila Nova de Gaia (**Figura 1**). Estima-se que este tipo de alojamentos[1] tenha aumentado nas duas unidades territoriais em análise. No entanto, de acordo com a mesma fonte, o número de fogos concluídos em *construções novas*, quer na AMP, quer em VNG, diminuíram. A única exceção é a ligeira subida do número de fogos de tipo T0 e T1, concluídos em Vila Nova de Gaia em 2019.

A análise da forma como tem evoluído o mercado da habitação no concelho demonstra que VNG está sob uma pressão crescente e acima da média nacional. O valor mediano da venda por m² dos alojamentos familiares, à semelhança do que se observa no país, tem vindo a aumentar progressivamente na AMP e em VNG (**Figura 2**). Neste ponto, há dois dados a reter: (i) por um lado, em 2019, o valor mediano do m² dos alojamentos familiares em VNG aproximou-se bastante do verificado para o concelho do Porto; (ii) por outro lado, no segundo trimestre de 2020, o concelho do Porto continuou a ser o mais caro do conjunto da AMP e VNG ascendeu à 6.ª posição; à sua frente estão, por ordem decrescente, o Porto, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Maia e Espinho. Ou seja, **à medida que o concelho do Porto vai encarecendo, os concelhos limítrofes tornam-se mais dispendiosos** também. Consequentemente, dá-se um natural movimento centrífugo das populações, que buscam, nos concelhos periféricos, preços mais compatíveis com o seu poder de compra.

Note-se, ainda, que, no que toca ao valor mediano do arrendamento de casa por m² entre 2018 e 2020 (**Figura 3**) não só a tendência (para o conjunto da AMP e para VNG) é de crescimento constante, como este valor é, em VNG, superior ao da AMP.

[1] São considerados alojamentos familiares aqueles que, tendo uma ou mais divisões e/ou anexos, integram edifícios com caráter permanente ou estão numa parte estruturalmente distinta do edifício, tendo uma entrada independente.

Figura 1 – Número de alojamentos familiares clássicos na AMP e no concelho de Vila Nova de Gaia, em 2001, 2011 e 2019. Fonte de dados: PORDATA, INE – Estatísticas das Obras Concluídas. Última atualização: 2020-07-28. Nota: A partir de 2011 (inclusive), os valores apresentados são estimativas.

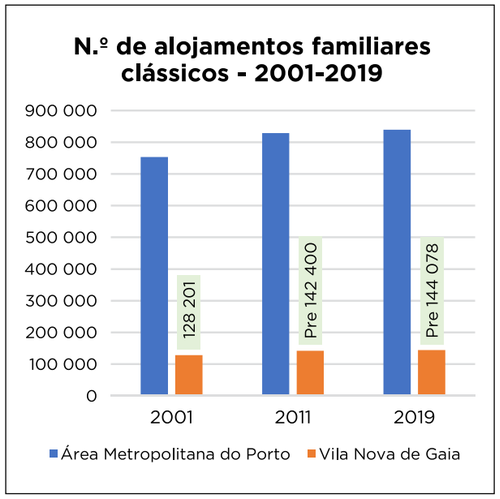


Figura 2 – Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica e Categoria do alojamento familiar; Trimestral. Fontes de dados: INE - Estatísticas de preços da habitação ao nível local. Última atualização: 2020-10-29.

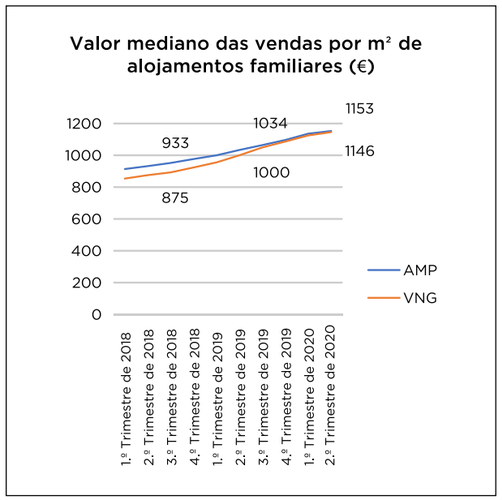
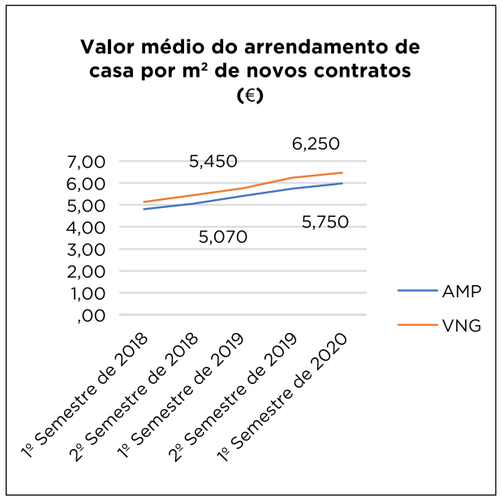


Figura 3 – Valor mediano do arrendamento de casa por m2 dos contratos de arrendamento de novos de fogos dos últimos 12 meses (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Semestral. Fontes de dados: INE - Estatísticas de preços da habitação ao nível local. Última atualização: 2020-09-22.



HABITAÇÃO SOCIAL EM VILA NOVA DE GAIA

02.

Vila Nova de Gaia (VNG) destaca-se por ser o **segundo concelho da Área Metropolitana do Porto (AMP) onde é possível encontrar mais bairros sociais**. Segundo dados dos últimos Censos (INE, 2011), VNG contava com 57 bairros sociais, sendo apenas ultrapassada pelo concelho do Porto, com 63.

O parque habitacional municipal é composto pelo conjunto de habitações que são propriedade do Município. Dados cedidos pela Câmara Municipal de VNG indicam que, em agosto de 2019, o parque habitacional municipal contava com edifícios em todas as freguesias do município, num total de 3.246 fogos, com tipologias que variam entre o T1 e T5. A maioria destes fogos — 77,1% — terão sido adquiridos ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, com vista a apoiar os municípios na erradicação das barracas. Os mesmos dados revelam existir uma forte preponderância de fogos municipais na freguesia urbana de Vilar de Andorinho (740 alojamentos, 22,8% do total), seguida de Serzedo e Perosinho (323, 10%) e de Sandim, Olival, Lever e Crestuma (318, 9,8%). Vilar de Andorinho, sendo uma freguesia marcadamente urbana, concentra os alojamentos do empreendimento social conhecido por Vila D'Este (ou Quinta do Monte Grande), com uma grande quantidade de fogos (Azevedo, 2019, p. 42). Mafamude e Vilar do Paraíso é, por sua vez, a freguesia com menos fogos municipais (86, 2,6%). De acordo com uma avaliação efetuada pela CMVNG (2019), uma parte significativa do edificado municipal necessita de ser intervencionado, com vista à melhoria das condições de habitabilidade e da eficiência energética dos edifícios. Para esta ação, a autarquia prevê um montante orçamental na ordem dos 20 milhões de euros, a ser executado até 2025.

AS CANDIDATURAS A HABITAÇÃO SOCIAL EM VILA NOVA DE GAIA

03.

Segundo dados disponibilizados pela autarquia relativos às candidaturas a habitação social[2] , observou-se uma ligeira diminuição do número de candidatos(as) a este apoio em 2018 (3,1%), face ao ano anterior. Este é um auxílio com uma procura moderadamente feminizada: nos dois anos em análise, existem mais candidatas do sexo feminino (66,6%) do que candidatos do sexo masculino. Já no que diz respeito às idades (**Figuras 4 e 5**), constata-se que as candidaturas a habitação social são transversais a todas as faixas etárias, dos escalões mais jovens aos mais idosos. Existem, todavia, duas tendências principais a assinalar: (i) entre os(as) candidatos(as) com idades compreendidas **entre os 31 e os 50 anos, os elementos do sexo feminino são o triplo**, em número, comparativamente aos elementos do sexo masculino; (ii) em 2017, o número de candidatos(as) ascende à medida que se sobe nos intervalos de idades, algo que muda diametralmente em 2018, onde é **entre os mais jovens que podemos encontrar mais candidatos(as) a apoio habitacional** (aumento de 9,7% para os 'jovens até 30 anos' e de 4,7% para o intervalo dos 31-50 anos).

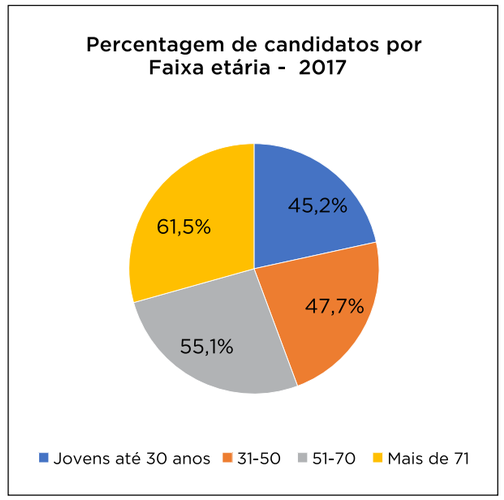
Nos dois anos analisados, 45% dos(as) candidatos(as) habitam nas freguesias centrais do concelho, ou seja, na sua **Zona Intermédia** (**Figura 6**). A União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso (16,5%) e a União das freguesias de Santa Marinha e São João da Afurada (16%) são aquelas que possuem maior número de candidatos(as) a habitação social. O problema de grave carência habitacional das populações destas freguesias data de há vários anos. Existem relatos de escassez de casas condignas, e denúncias de terrenos abandonados e de casas degradadas nestes locais, desde, pelo menos, os anos 80 do século passado (Azevedo, 2019, p.36).

No que diz respeito às habilitações escolares, destaca-se a **baixa escolaridade generalizada** dos(as) candidatos(as) a habitação social. A maior percentagem (33,8%) pertence a candidatos(as) com o 1.ºciclo completo, a que se seguem os(as) detentores(as) do 2.º e 3.º ciclos, com valores a rondar os 16%. Note-se que apenas 8,6% dos(as) candidatos(as) cumpriram o Ensino Secundário e, menos ainda, o Ensino Su-

[2] Dados constantes no "Relatório de Candidatos a Habitação Social" disponibilizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

perior (1,5%) (**Figura 7**). A vulnerabilidade desta população é reforçada pela proveniência e escassez dos rendimentos dos(as) candidatos(as). Por exemplo, apenas 31% dos(as) candidatos(as) desempenham um trabalho remunerado. **A maior percentagem pertence aos que beneficiam de apoios sociais**, em particular, de Rendimento Social de Inserção (31,9%), havendo, também, beneficiários de pensões (27,8%) e subsídios (6,7%) (**Figura 8**). Sabe-se que são sobretudo os 'jovens até 30 anos' os que são ativos no mercado de trabalho formal, desempenhando trabalhos remunerados; e que são, fundamentalmente, os mais idosos, acima dos 71 anos, os que usufruem de pensões (reformas). Os rendimentos auferidos são baixos ou muito baixos: a esmagadora maioria (78%) tem à sua disposição um **rendimento igual ou inferior a 700€**. Entre estes, há 31% que declaram proventos exíguos, até 300€ (**Figura 9**).

Figura 4 e 5 – Percentagem de candidatos a Habitação Social no concelho de Vila Nova de Gaia por faixa etária, nos períodos de 2017 e 2018. Fonte de dados: Relatório Candidatos Habitação Social (31-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia.



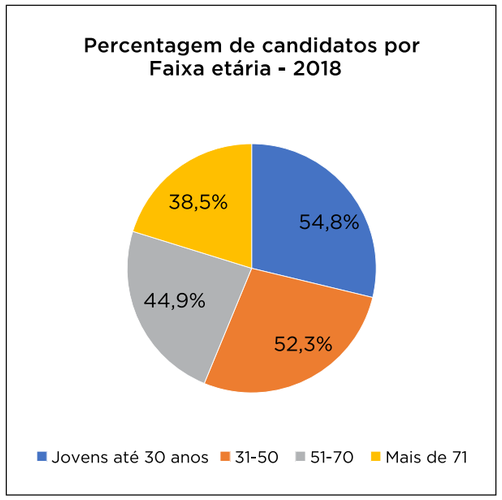
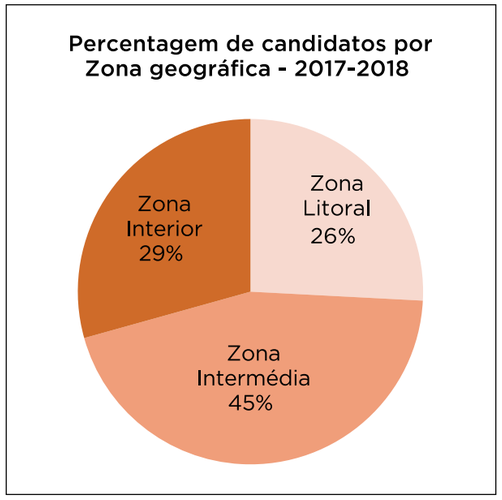


Figura 6 – Percentagem de candidatos a Habitação Social no concelho de Vila Nova de Gaia por Zona geográfica[3], nos períodos de 2017-2018. Fonte de dados: Relatório Candidatos Habitação Social (31-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia.



[3] A distribuição geográfica do concelho foi agrupada para facilitar a leitura dos dados. Assim, a "zona litoral" cobre as freguesias de Canidelo, Madalena, Gulpilhares e Valadares, Arcozelo e São Félix da Marinha. A "zona intermédia" corresponde às freguesias de Santa Marinha e São Pedro de Afurada, Mafamude e Vilar do Paraíso, Canelas, Serzedo e Perosinho e Grijó e Sermonde. E a "zona interior" cobre as freguesias de Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho, Pedroso e Seixezelo, Avintes e Sandim, Olival, Lever e Crestuma.

Figura 7 – Percentagem de candidatos a Habitação Social no concelho de Vila Nova de Gaia por escolaridade completa, nos períodos de 2017-2018. Fonte de dados: Relatório Candidatos Habitação Social (31-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia.

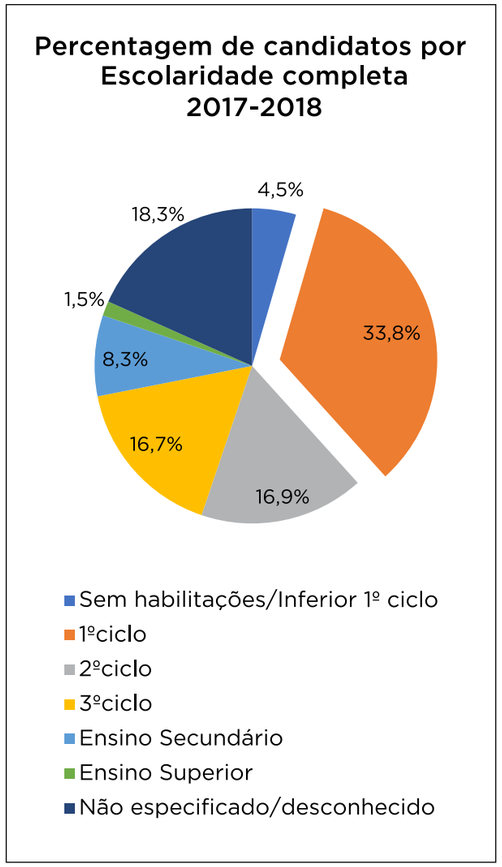
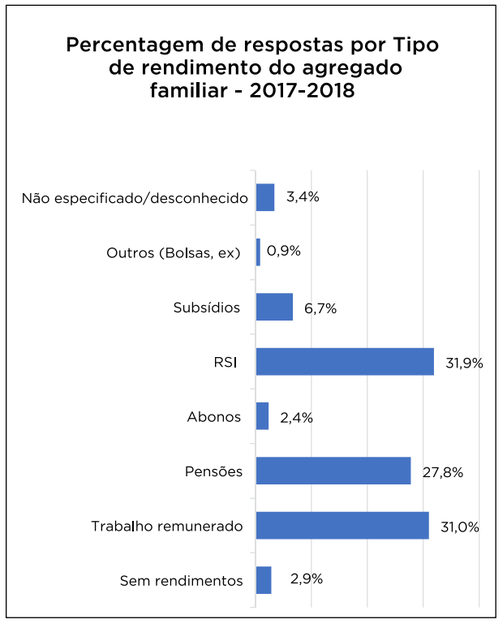
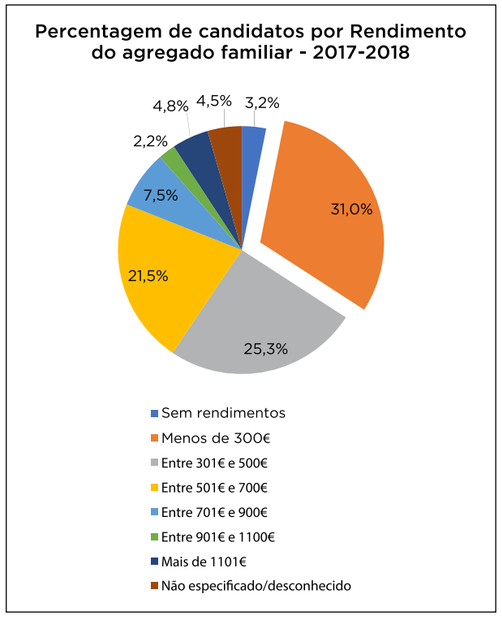


Figura 8 – Percentagem de respostas dos candidatos a Habitação Social no concelho de Vila Nova de Gaia por tipo de rendimento do respetivo agregado familiar, nos períodos de 2017-2018. Fonte de dados: Relatório Candidatos Habitação Social (31-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia.



Nota: **Total** = **107,1%** porque há quem acumule tipo de rendimentos

Figura 9 – Percentagem de candidatos a Habitação Social no concelho de Vila Nova de Gaia por rendimento do respetivo agregado familiar, nos períodos de 2017-2018. Fonte de dados: Relatório Candidatos Habitação Social (31-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia.

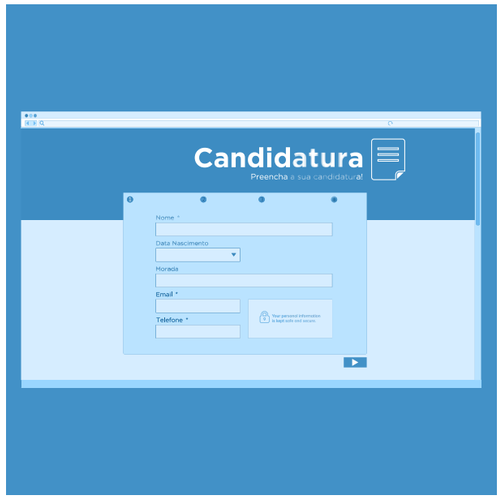


Se tivéssemos de traçar o perfil-tipo do(a) candidato(a) a habitação social, a partir dos dados existentes para 2017 e 2018, este seria o seguinte:

> *É uma candidata, do sexo feminino, jovem ou jovem adulta, residente na União de freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso ou na União de freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, detentora do 1.º ciclo do Ensino Básico, com um trabalho remunerado ou a beneficiar de RSI, e cujo agregado familiar aufere um rendimento mensal entre os 300€ (ou menos) e os 700€.*

Os últimos anos, porém, foram anos de intensa mudança social e económica, atravessados por transformações em diferentes esferas. A habitação tem sido uma das dimensões mais afetadas. Num estudo realizado pelo Observatório Social em 2020[4], foi possível sistematizar algumas das principais mudanças que têm ocorrido no concelho de Vila Nova de Gaia, ao nível da habitação. Foi sinalizado, por exemplo, o acréscimo do volume de pedidos de habitação social por parte da população, em particular, devido ao **aumento exponencial dos valores dos arrendamentos**. Para a súbita inflação dos valores das rendas das casas tem contribuído a explosão da procura turística (muito evidente, por exemplo, na União de freguesias de Santa Marinha e Afurada), a par do aumento da imigração. A especulação resultante do crescimento do turismo, em especial, tem empurrado a população para freguesias menos centrais. Há uma maior mobilidade entre diferentes freguesias do concelho (das mais dispendiosas para as mais baratas), mas também há pessoas a sair do concelho.

Os segmentos da população mais afetados pelos problemas na habitação continuam a ser os indivíduos em situação de vulnerabilidade social e económica: desempregados e beneficiários de Rendimento Social de Inserção.



PORQUE SE CANDIDATAM AO APOIO A HABITAÇÃO SOCIAL?

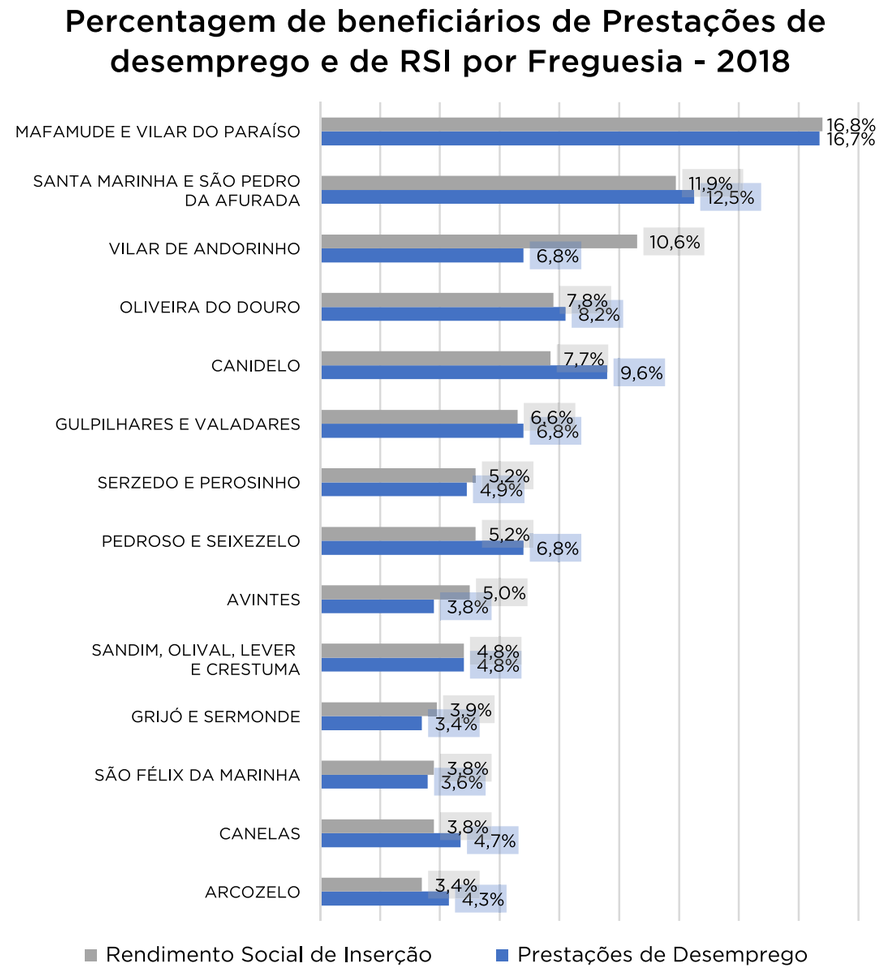
A carência habitacional pode ser desencadeada pela escassez da oferta comparativamente à procura e/ou pelas características da oferta face ao perfil da população. No caso do concelho de Vila Nova de Gaia, contata-se que, com especial enfoque nos últimos anos, o acesso à habitação tem-se tornado cada vez mais difícil. A pressão turística e a consequente especulação imobiliária são apontadas como as principais justificações para a menor acessibilidade a

[4] Relatório de um estudo realizado pelo Observatório Social junto dos(as) técnicos(as) de ação social do município.

habitação. Enquanto estes fatores amplificam o recurso a habitação social, a população que se socorre deste apoio é marcada por elementos de profunda vulnerabilidade económica e social. A **Figura 10** dá-nos uma perceção de como a população desempregada e beneficiária de Rendimento Social de Inserção se distribuía, em 2018, no território em análise.

As Uniões de freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso e de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada, foram, nesse ano, as que apresentaram uma maior percentagem de beneficiários de prestações de desemprego e de Rendimento Social de Inserção (**Figura 10**): estas são, não por acaso, as mesmas regiões que se destacam nas candidaturas a habitação social.

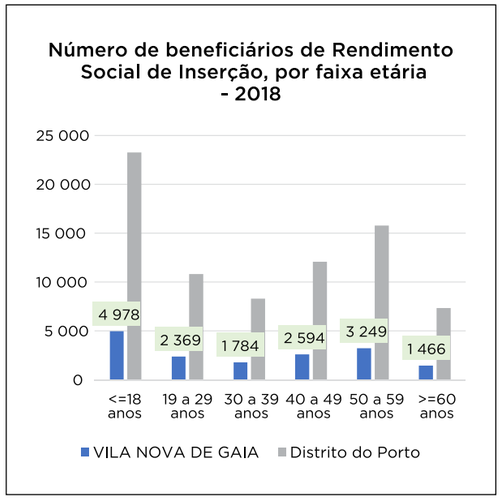
Figura 10 - Percentagem de beneficiários com processamento de prestações de desemprego e com processamento de Rendimento Social de Inserção residentes no concelho de Vila Nova de Gaia, por freguesia, no período de 2018. Fonte de dados: estatísticas disponibilizadas pela Autarquia.



Nota: em 2018, os valores médios mensais de prestação de desemprego processados por beneficiário rondavam os 571,44€ (valor médio mensal Máximo, atribuído em Arcozelo) e os 467,53€ (valor médio mensal mínimo, atribuído em Avintes).

Por sua vez, a **Figura 11** demonstra como os indivíduos que beneficiam de Rendimento Social de Inserção são, tendencialmente, muito jovens, com idade igual ou inferior a 18 anos, e, também, indivíduos com idades situadas entre os 50-59 anos (quando está mais dificultada a reintegração no mercado de trabalho). Salienta-se que, em 2018, o valor médio mensal de processamento de Rendimento Social de Inserção por beneficiário era de apenas 114,18€, e, por agregado familiar, de 253€.

Figura 11 – Número de beneficiários com processamento de RSI residentes no concelho de Vila Nova de Gaia e distrito do Porto por faixa etária, no período de 2018. Fonte de dados: estatísticas disponibilizadas pela Autarquia.



O 'Programa Arco-íris – Novos Horizontes para o Arrendamento' teve como propósito criar medidas de incentivo com enfoque no mercado social de arrendamento. O seu objetivo é oferecer condições vantajosas[5] no acesso ao mercado de arrendamento por parte da população do concelho, sendo destinado quer a população mais jovem, quer a famílias de classe média que, não tendo perfil para concorrer a habitação social, também não possuem rendimentos suficientes que lhes permita aceder ao mercado de arrendamento tradicional ou adquirir habitação própria.

Se atentarmos no intervalo temporal entre 2017 e 2019 — para o qual dispomos de dados da lista de pedidos em espera do Programa Arco-Íris[6] — verificamos que o **número de candidaturas a este Programa tem vindo a crescer de forma muito acentuada. 2019 foi o ano com a maior percentagem de candidaturas**: 54,3%, no conjunto dos 3 anos (**Figura 12, 13 e 14**). Em valores absolutos, apurou-se que em 2017 foram submetidas somente 14 candidaturas e que os pedidos ascenderam a 61, em 2018, e a 89, em 2019, numa subida exponencial.

A percentagem mais expressiva dos(as) candidatos(as) ao Programa Arco-Íris são, à semelhança do que se notou para os pedidos de habitação social, do *sexo feminino* (62,2%). A quase totalidade dos pedidos apresentados por famílias monoparentais, por exemplo, foram realizados por mulheres. O sexo feminino encontra-se, aliás, em maioria em praticamente todas as faixas etárias, com a exceção do grupo dos 'jovens até 30 anos', onde existem mais candidatos do sexo masculino (59,5% vs. 40,5%).

O PROGRAMA ARCO ÍRIS

04.

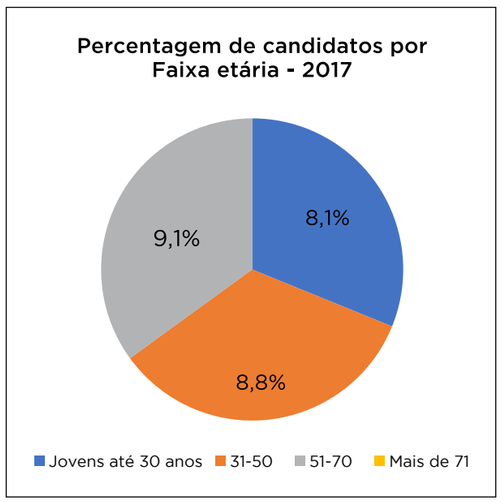
[5] De acordo com a página online da Autarquia, o programa Arco Íris permite o arrendamento de casas a preços 25% inferiores aos do mercado de habitação tradicional.

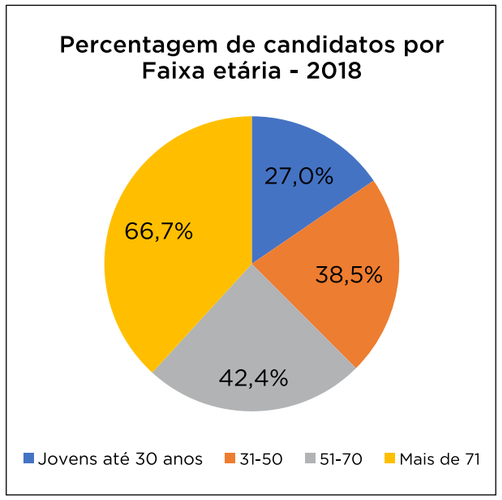
[6] Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Também à semelhança do que sucede com os pedidos de habitação social, há uma percentagem mais significativa de candidatos(as) ao Programa Arco-Íris que residem na **Zona Intermédia** do concelho, e, em especial, nas Uniões de freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso (23,8%), e de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada (17,7%) (**Figura 15**). Ou seja, a carência habitacional percetível nessas freguesias estende-se aos pedidos de auxílio para arrendamento social. A diferença fundamental em relação ao perfil dos(as) candidatos(as) ao Programa Arco-Íris, comparativamente aos requerentes de habitação social, decorre da especificidade deste apoio: neste caso, estamos perante uma população maioritariamente empregada, em que **93,3% desempenham um trabalho remunerado**.

De resto, verifica-se que os agregados familiares que requerem o apoio são tendencialmente pequenos: 72,6% dos casos não ultrapassam os 3 elementos (**Figura 16**).

Figura 12, 13 e 14 – Percentagem de candidatos ao Programa Arco Íris no concelho de Vila Nova de Gaia por faixa etária, nos períodos de 2017, 2018 e 2019. Fonte de dados: Pedidos em lista de espera do Programa Arco-Íris, entre 2017 e 2019 (17-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia através da Plataforma Integrada de Ação Social (PIAS).





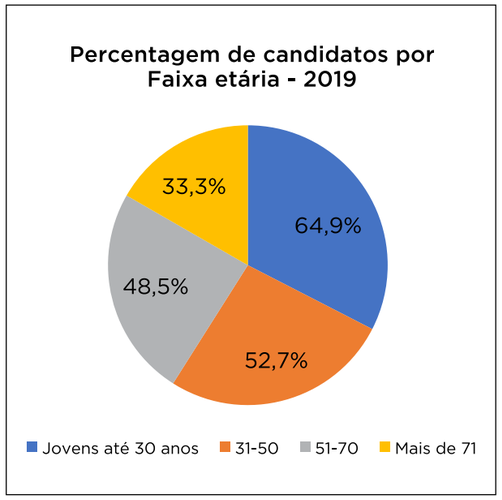


Figura 15 – Percentagem de candidatos ao Programa Arco Íris no concelho de Vila Nova de Gaia por Zona geográfica, nos períodos de 2017-2019. Fonte de dados: Pedidos em lista de espera do Programa Arco-Íris, entre 2017 e 2019 (17-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia através da Plataforma Integrada de Ação Social (PIAS).

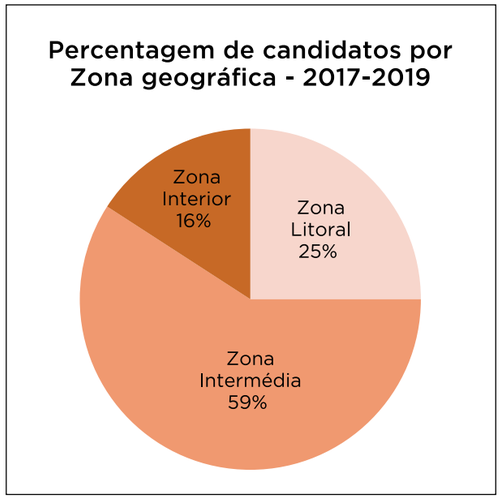
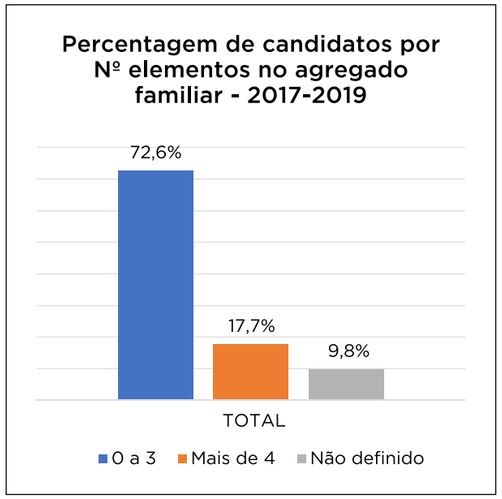
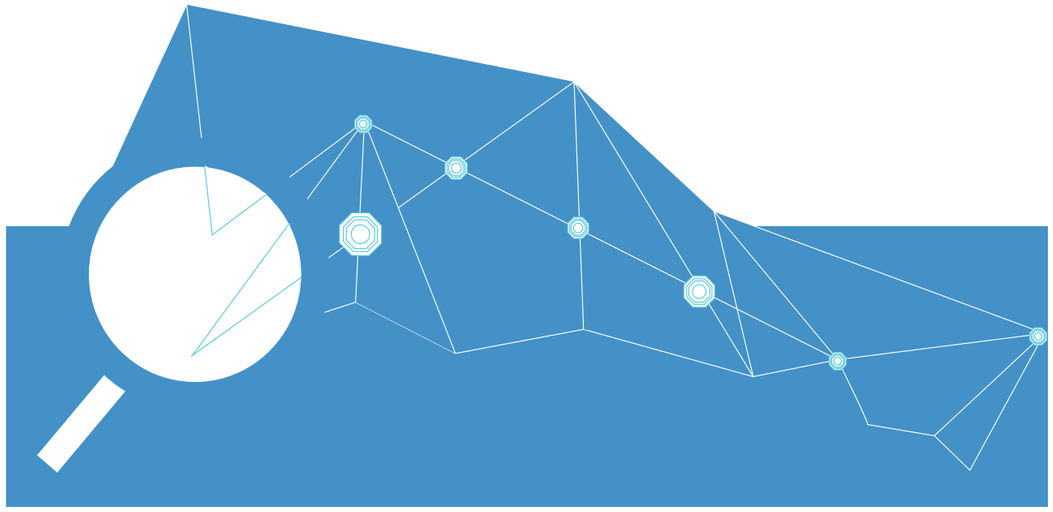


Figura 16 – Percentagem de candidatos ao Programa Arco Íris no concelho de Vila Nova de Gaia por número de elementos no agregado familiar, nos períodos de 2017-2019. Fonte de dados: Pedidos em lista de espera do Programa Arco-Íris, entre 2017 e 2019 (17-10-2019), documento disponibilizado pela Autarquia através da Plataforma Integrada de Ação Social (PIAS).





A RETER SOBRE: NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

OFERTA HABITACIONAL	✓ Aumento do número de "alojamentos familiares clássicos", entre 2001 e 2019; ✓ De uma maneira geral, o número de fogos concluídos em construções novas, tanto na AMP como em VNG, diminuíram, no mesmo período; ✓ Entre os anos de 2017 e 2019, registou-se um aumento do valor por m² das vendas dos alojamentos familiares e no arrendamento de casa; ✓ Em 2011, o concelho foi o segundo da AMP com maior número de bairros sociais (57, no total); ✓ Dados de 2019, demonstram uma forte preponderância de fogos municipais na freguesia urbana de Vilar de Andorinho (22,8% do total), seguida de Serzedo e Perosinho (10%) e de Sandim, Olival, Lever e Crestuma (9,8%).
CANDIDATURAS A HABITAÇÃO SOCIAL	✓ Ligeira diminuição do número de candidaturas em 2018 (3,1%) face a 2017; ✓ Procura sobretudo por parte do sexo feminino (dois terços das candidaturas são realizadas por mulheres) nos dois anos analisados; ✓ Em 2017, o número de candidatos(as) ascende à medida que se sobe nos intervalos de idades, algo que muda diametralmente em 2018, onde é entre os mais jovens que podemos encontrar mais candidatos(as) a apoio habitacional; ✓ Nos dois anos analisados, 45% dos(as) candidatos(as) habitam nas freguesias centrais do concelho (Zona Intermédia); ✓ Baixa escolaridade generalizada por parte dos candidatos(as); ✓ A maior percentagem pertence aos que beneficiam de apoios sociais, em particular, de RSI (31,9%); ✓ A esmagadora maioria (78%) tem à sua disposição um rendimento igual ou inferior a 700€
CANDIDATURAS AO PROGRAMA ARCO-ÍRIS	✓ 2019 foi o ano com a maior percentagem de candidaturas: 54,3%, no conjunto dos 3 anos (2017/18/19); ✓ Maior diferença relativamente a habitação social: população maioritariamente empregada, em que 93,3% desempenham um trabalho remunerado.

LINKS ÚTEIS:

Habitação – Vila Nova de Gaia: http://www.cm-gaia.pt/pt/cidade/habitacao/

Ação Social – Vila Nova de Gaia: http://www.cm-gaia.pt/pt/cidade/acao-social/

Portal da Habitação: https://www.portaldahabitacao.pt/

Episódio n.º4 – "Cem anos de habitação apoiada em Portugal" (fev.|2020), da FFMS: https://www.ffms.pt/podcasts/da-capa-a-contracapa/5008/cem-anos-de-habitacao--apoiada-em-portugal

Episódio – "Aqui entre nós: Como vivem os portugueses, com Alda Botelho Azevedo" (jul.|2020), da FFMS: https://www.ffms.pt/play/video/4746/aqui-entre-nos-como-vivem-os-portugueses-com-alda-botelho-azevedo

Helena Roseta, ex-deputada na área da Habitação – *Lei 83/2019 – Lei de bases da habitação, de 3 de setembro*: https://www.helenaroseta.pt/documentos/1530863837N6uZA1pr5Bb83VS5.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Azevedo, A. (2019). *Habitação de Interesse Social: O Passado, Presente e Futuro – um caso de estudo em Vila Nova de Gaia*. Universidade do Porto.

EUROSTAT. (2020, Dezembro). *Living conditions in Europe—Housing statistics*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Housing_statistics/pt

FICHA TÉCNICA

Equipa do Observatório

Daniela Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up201503277@letras.up.pt
Tânia Leão
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
tsilva@letras.up.pt

Coordenação Geral

João Teixeira Lopes
Departamento de Sociologia, FLUP
Instituto de Sociologia, FLUP
jlopes@letras.up.pt

Publicação e Conceção Gráfica

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Agradecimentos

Instituto Nacional de Estatística